

PUBLIDADO Ed. 439 EM 25/09/25

PORTARIA Nº 499/2025, DE 25 DE SETEMBRO DE 2025.

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE COMBATE À COMERCIALIZAÇÃO E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL IRREGULARES, EDUCAÇÃO SANITÁRIA E CAPACITAÇÃO DE AGENTES PARA EXECUÇÃO DAS AÇÕES, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JARDIM, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Complementar nº 377, de 29 de agosto de 2025, RESOLVE:

- Art. 1º Aprovar o PROGRAMA DE COMBATE À COMERCIALIZAÇÃO E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL IRREGULARES, EDUCAÇÃO SANITÁRIA E CAPACITAÇÃO, a ser executado e/ou gerenciado pela Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural e o Serviço de Inspeção Municipal SIM/BJ.
- Art. 2º Para efeitos desta norma, entende-se como irregular o produto de origem animal comercializado ou fabricado:
  - a) sem o correto registro junto a um Serviço de Inspeção;
  - comercializado fora da área política, municipal ou estadual, a qual o serviço de inspeção de origem do registro do produto autoriza ou é competente; e
  - c) produtos adulterados ou fraudados.
- Art. 3° O Programa aprovado tem como objetivo básico o combate à comercialização e fabricação de Produtos de Origem Animal - POA fraudados, adulterados ou não devidamente registrados, promover educação sanitária e treinamentos no âmbito do Município de Bom Jardim.

Parágrafo Único. O programa previsto no caput deste artigo, deverão envolver prioritariamente o desenvolvimento e aplicação de ações de educação sanitária, objetivando a merenda escolar, o consumidor e em especial jovens e crianças no âmbito escolar;

- Art. 4° No inicio de cada ano, o SIM deverá rever, avaliar e apresentar novo cronograma das atividades a serem realizadas ao longo do ano, nos moldes dos ANEXOS dispostos nesta portaria.
- Art. 5 ° Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JARDM/RJ, EM 25 DE SETEMBRO DE 2025.

AFFONSO HENRIQUES MONNERAT ALVES DA CRUZ PREFEITO

Affonso Wonneros



## PROGRAMA DE COMBATE À COMERCIALIZAÇÃO E FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL FRAUDADOS, ADULTERADOS OU NÃO DEVIDAMENTE REGISTRADOS

#### 1- Introdução:

O comércio de produtos de origem animal – POA - não inspecionados é uma realidade no município de Bom Jardim, expondo a população às doenças de origem alimentar e comprometendo a inocuidade dos produtos e a segurança alimentar. O consumidor carece de informações que esclareçam seus direitos de acesso a alimentos de origem animal inócuos e com padrões de qualidade estabelecidos, além de desconhecer o papel dos agentes do SIM neste cenário, fazendo-se necessária a implementação de um programa de combate permanente à obtenção, à transformação, ao trânsito e à exposição à venda de produtos de origem animal de forma irregular, bem como a execução do programa de atividades de educação sanitária.

#### 2. Execução do programa:

#### 2.1. Ações efetivas no comércio e indústria:

- 2.1.1. Execução do Plano de Coleta de Análises de Amostras junto às indústrias registradas no SIM, conforme previsto em regulamentação específica.
- 2.1.2. Ações conjuntas ou executadas pela Vigilância Sanitária VISA da Secretaria Municipal de Saúde em estabelecimentos do comércio varejista (ANEXO I);
  - 2.1.3. Integrar e se fazer representar no Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE.
- 2.1.4. Sempre que possível ou chamado, integrar equipes ou promover a formação delas, para desenvolvimento de ações conjuntas de combate com demais órgãos atuantes na defesa da saúde pública e qualidade/segurança dos alimentos.

#### 2.2. Ações educativas informativas ou protetivas aos consumidores:

- 2.2.1. Abordagem com distribuição de material informativo em feiras e comércio, para a identificação pelo consumidor da correta apresentação de um produto regularizado e os riscos de consumo destes quando não procedentes de estabelecimentos devidamente registrados;
- 2.2.2. Dar suporte técnico e legal ao PNAE, bem como promover treinamentos ou orientações a equipe de nutricionistas do Município, visando garantir a aquisição e recepção de POA legalizados, seu correto recebimento, identificação de fraudes de trocas de produtos fornecidos por outros não contratados, e por fim adulteração dos mesmos com riscos econômicos e danosos à saúde dos estudantes das escolas de Bom Jardim;
- 2.2.3. Desenvolver cronograma e utilizar material didático, em conjunto ou não com outras secretarias municipais ou instituições, para a aplicação de treinamentos, palestras ou outras ações educativas voltadas às associações de produtores e alunos da rede de ensino (ANEXO II E ANEXO III);
  - 2.2.4. Promover, quando possível, inserções nos meios de comunicação.

#### 2.3. Treinamento e capacitação de atores envolvidos na execução do programa

- 2.3.1. Esse treinamento poderá ser ministrado por entidade externa ou pelos servidores municipais que detenham o notório saber ou apresentem propostas de capacitação em uma determinada área a ser desenvolvida;
- 2.3.2. As capacitações e/ou esclarecimentos necessários aos colaboradores pertencentes ao SIM ou externos, quanto aos métodos a serem utilizados nos programas de capacitação, educação sanitária e outros em planejamento, podem ser aulas teóricas ou práticas, em ambientes internos ou externos.

Affon Monnerat



### 2.4. Treinamentos e capacitações dos servidores do SIM e reuniões técnicas:

- 2.4.1. A Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural deverá apoiar e estimular a capacitação, atualização e desenvolvimento técnico e profissional dos servidores que compõe o SIM.
- 2.4.2. A Coordenadoria do SIM deverá promover reuniões técnicas periódicas, com frequência mínima mensal, para o alinhamento dos procedimentos, treinamentos necessários e atualização das normas que envolvem o funcionamento do Serviço de Inspeção, que venham a ser editadas pelo SIM ou outros Serviços de Inspeção e de interesse comum. Em todas as reuniões e treinamentos serão registradas em livro próprio;
- 2.4.3. Quando da participação de servidores em eventos ou cursos com tema de interesse do SIM a ocorrerem presencialmente ou não, as certificações geradas deverão ser arquivadas em pasta específica no serviço e lançadas em painel ou mapa de registro indicando o nome do servidor participante, do evento ou curso e a instituição promotora, data de sua ocorrência e a carga horaria.

Tito per prouver.



#### ANEXOI

## CRONOGRAMA DE AÇÕES DE COMBATE A CLANDESTINIDADE ANO: \_\_\_\_\_\_ COOPERAÇÃO TÉCNICA ENTRE SIM E VISA

DATA PREVISTA (MÊS / ANO)	DATA REALIZADA	NOME DO SERVIDOR DO SIM

Obs: Locais e datas especificas da execução sujeitos às programações da VISA, ou em acordo com demanda de reclamações, denúncias ou de interesse do SIM (exemplo: locais de venda de produtos registrados no SIM, para verificação também de fraudes e adulterações)

ANEXO II
CRONOGRAMA DE ATIVIDADES EDUCATIVAS ESCOLARES ANO

UNIDADE ESCOLAR	DISTRITO	DATA(*)	TEMA	DURAÇÃO	RESPONSÁVEL
				_	
					-

(\*) A confirmação e a marcação das datas decorrem em acordo com o calendário escolar e a viabilidade de cada escola e seu Diretor.

ANEXO III FEIRAS LIVRES ANO:

DATA PREVISTA (MÊS / ANO)	DATA REALIZADA	NOME DO SERVIDOR DO SIM
(mao / Airo)		

Affon Monnerat Prefeito